



**INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS  
BACHARELADO INTERDICIPINARES EM HUMANIDADES**

**KAROLYNE OLIVEIRA GOMES**

**A CONSTRUÇÃO DA LOCALIDADE DO LAMEIRÃO NO MUNICÍPIO DE  
MULUNGU-CEARÁ ATRAVÉS DA MEMÓRIA COLETIVA.**

**REDENÇÃO**

**2018**

KAROLYNE OLIVEIRA GOMES

**A CONSTRUÇÃO DA LOCALIDADE DO LAMEIRÃO NO MUNICÍPIO DE  
MULUNGU-CEARÁ ATRAVÉS DA MEMÓRIA COLETIVA.**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo

REDENÇÃO

2018

**KAROLYNE OLIVEIRA GOMES**

**A CONSTRUÇÃO DO MUNICÍPIO DE MULUNGU-CEARÁ ATRAVÉS DA  
MEMÓRIA COLETIVA.**

Trabalho de Conclusão de Curso em formato de projeto de pesquisa do Curso de Bacharelado em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: \_\_\_\_ de maio de 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora e Presidenta: Profa. Dra. Janaina Campos Lobo  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

---

Examinador Interno: Prof. Dr. Igor Monteiro Silva  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

---

Examinador Interno: Prof. Dr. Rafael Antunes Almeida  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira (UNILAB)

## SUMÁRIO

<b>1 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>5</b>
<b>2 JUSTIFICATIVA .....</b>	<b>7</b>
<b>3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA .....</b>	<b>8</b>
<b>4 OBJETIVOS .....</b>	<b>10</b>
4.1 OBJETIVOS GERAL .....	10
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	10
<b>5 HIPÓTESE .....</b>	<b>11</b>
<b>6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA .....</b>	<b>12</b>
6.1 TERRITÓRIO: A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO .....	12
<b>6.1.1 Territorialidade e memória: o caso de Lameirão .....</b>	<b>16</b>
6.2 LUGARES PRATICADOS.....	17
6.3 MEMÓRIA COMO COMPONENTE VIÁVEL NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE.....	19
<b>7 METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>26</b>

## 1 APRESENTAÇÃO

Frente a um discurso limitado que contempla território somente por suas características físicas e concretas, o presente trabalho procura examinar a construção territorial da localidade Lameirão que se encontra no município de Mulungu - CE através da memória coletiva dos anciões com suas propriedades no âmbito simbólico. Este último situa-se na região do Maciço de Baturité<sup>1</sup>, que fica à 110 km da capital do Ceará, Fortaleza. Um lugar conhecido e visitado por suas baixas temperaturas que ficam entre 16°C a 29°C e por possuir um ambiente tranquilo e agradável. Sua população é estimada em 12.831 habitantes de acordo com o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017).

O município, que antes pertencia a Pacoti-CE, emancipou-se no dia 14 de março de 1947. Desde então, tornou-se autônomo economicamente e politicamente mesmo com suas peculiaridades, como de ser um dos menores territórios do maciço. Possui, atualmente, reconhecimento por sua cultura, agricultura e arte desenvolvida. Também é admirado por compor a “Rota do Café Verde”, uma iniciativa do SEBRAE com empreendedores da região para aumentar e valorizar o que de melhor o município produz.

Na área da Antropologia Social, as pesquisas no campo simbólico das relações têm se intensificado cada vez mais, e assim, fazendo com que essa abordagem alcance grandes proporções. Diante disso, fundamentados na noção de Haesbaert e Limonad (2007) de que território é para além de dimensões físicas, analisaremos a localidade do Lameirão em suas características simbólicas para compreendermos se a relação dos anciões com seu território de origem auxilia-os a formar sua identidade individual e coletiva.

Os geógrafos entendem território como:

A construção do território resulta da articulação de duas dimensões principais, uma mais material e ligada à esfera político-econômica, outra mais imaterial ou simbólica, ligada sobretudo à esfera da cultura e do conjunto de símbolos e valores partilhados por um grupo social. (HAESBAERT e LIMONAD, 2007, p. 49)

Diante disso, baseando-se em Little (2002) e Haesbaert (2016) que afirmam a territorialidade como um utensílio de apropriação e uso de um território, faremos o uso

---

<sup>1</sup> É uma formação geológica localizada no sertão central cearense. A região é formada por 13 municípios, sendo eles: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Guaramiranga, Itapiúna, Mulungu, Ocara, Pacoti, Palmácia e Redenção.

dessa argumentação para entendermos como os anciões da localidade supracitada se apropriam desse lugar, e se há uma formação de identidade individual e coletiva a partir desse pertencimento por intermédio da memória coletiva.

Manuseamos o conceito de memória concebendo-a como descrita pela historiadora Ecléa Bosi (1979), onde ela disserta que a socialização dos indivíduos nos grupos se faz de excelência, pois é a partir da convivência dos jovens com os anciões que os processos de sociabilidade são aprendidos. Assim, firmados nessa argumentação, utilizaremos a memória coletiva dos oriundos da localidade do Lameirão como indivíduos que possuem recordações e saberes e, assim, que podem vir a constituir sua identidade.

Percebe-se que há uma intersecção entre território e memória coletiva, pois entendemos que os indivíduos se sentem pertencentes a um determinado território e dele se apropriam. A partir disso, dá-se início a um processo de ação, transformação e pertencimento a esse lugar. Como consequência, os sujeitos por criarem redes de inter-relações formam as memórias que são compartilhadas entre eles, o que é possível afirmar que um complementa o outro.

Dessa forma, este projeto buscará compreender como os anciões do Lameirão tornam viável a construção da identidade através da memória coletiva. Para esse feito, utilizaremos autores já mencionados, como também Pollak (1992 e 1989), Halbwachs (1990), Pietrafesa de Godoi (2014), De Certeau (1990), entre outros.

## 2 JUSTIFICATIVA

O estudo da formação territorial de um lugar em suas características simbólicas vem ganhando espaço na área das ciências sociais nos últimos tempos. Mesmo diante de dificuldades advindas com discursos sobre a falta de legitimidade e de manipulações dessas pesquisas, isso não foi suficiente para estagnar e/ou acabar com esses avanços. No entanto, é inegável afirmar que ainda existem impasses para que as pesquisas no âmbito simbólico tenham o mesmo prestígio que as feitas no plano material.

Dessa forma, nosso projeto de pesquisa visa entender como os anciões da localidade do Lameirão tornam viável a construção de sua identidade por intermédio da memória coletiva. Isto é, mesmo possuindo produções materiais que os fazem lembrar o passado, e, por conseguinte, ressignificar o presente, a memória coletiva é uma ferramenta imprescindível para a constituição da produção simbólica desse lugar, e assim, tornando parte da formação desses sujeitos.

Visto que grande parte das produções acadêmicas buscam estudar a formação de um determinado lugar por seus elementos materiais e físicos, este projeto, no entanto, visa compreender a localidade do Lameirão para além de suas características físicas e concretas, procurando apreender se a produção simbólica dos anciões contribui para o sentimento de pertencimento, e se isso os ajuda a formarem sua identidade. O devido estudo tem sua importância na procura por reconhecer e explorar a dinâmica do processo de formação simbólica desses lugares a partir da ação de sujeitos concretos.

Sendo assim, é possível observar que a localidade em questão está em uma constante transformação e ressignificação, que somente é possível pela apropriação do território pelos moradores. Assim, o presente estudo tem sua relevância na investigação de fenômenos simbólicos e formas de pertencimentos que versam, sobremaneira, a respeito da constituição de territorialidades.

Assim, o engendramento desse estudo nos dará a oportunidade de ingressar eminentemente em um campo no qual somos oriundos e analisá-lo antropológicamente e sociologicamente para que, de fato, haja uma compreensão sobre os eventos supracitados.

### 3 DELIMITAÇÃO/PROBLEMA DE PESQUISA

Diante de um discurso que procura observar e estudar as sociedades somente por seus aspectos concretos e materiais, este projeto se atentará para as dimensões no âmbito simbólico, buscando compreender como os anciões da localidade do Lameirão, que está localizada no município de Mulungu-CE, tornam viável a construção de sua identidade através da memória coletiva.

No decorrer do nosso projeto, utilizamos autores como Rogério Haesbaert (2016) e Pietrafesa de Godoi (2014) para discorrermos sobre a percepção de território que se atenta para as dimensões em âmbito simbólico. Fundamentados nas considerações feitas por esses autores, podemos observar que as características simbólicas se tornaram tão importantes quanto as concretas, pois a partir do momento que há uma apropriação de um lugar, criam-se laços no plano afetivo.

Como resultado de séculos do território sendo controlado pelo Estado, o qual julgava-o somente como algo que é possível ser tocado, que possui concretude, fixidez e homogeneidade, a luta, principalmente de grupos considerados como minorias, vem se tornando cada vez mais evidente e recorrente na contemporaneidade. Todavia, mesmo com grandes avanços de reformulação desse conceito, a hostilidade e não aceitação frente a essas mudanças têm sido gigantescas.

Diante das afirmações supracitadas, indagamos: os anciões do Lameirão se sentem pertencentes a este lugar? Para conduzir a resposta dessa questão, busca-se firmar nas argumentações de Paul Little (1994) e o já mencionado Haesbaert (2016), quando afirmam que a territorialidade é um recurso de apropriação e vinculação a um território. A partir disso, ainda segundo tais autores, cria-se um sentimento de identidade.

Segundo Little (2002), por intermédio da memória coletiva, um grupo cria, mantém e repassa saberes, hábitos, ideologias e geram um sentimento de identidade entre os sujeitos que o compõe. Tendo em conta a questão acima, para compreender como, e se a memória coletiva se torna parte do processo de pertencimento dos anciões, levantam-se também as seguintes questões: são as memórias mais antigas e/ou as mais recentes que os fazem se sentirem pertencentes à localidade do Lameirão? Este pertencimento se dá pelo único fato dos anciões recordarem o passado, e assim, ressignificarem o presente? Estabelecem um sentimento de afetividade através da intervenção da memória coletiva? O sentimento de identidade está presente em todos os anciões? Quais marcadores simbólicos estão dispostos nesse território?



Segundo Pollak (1992), existem acontecimentos que mesmo estando fora do nosso espaço-tempo tornam-se parte de nossa identificação, ele os denomina como “vivididos por tabela”. Diante disso, no município onde está situada a localidade do Lameirão, possui uma narrativa fundacional que é continuamente recontada de geração a geração. A partir disso, mais uma indagação é gerada: essa narrativa ajuda os anciões a constituírem a ideia de pertencimento, e, por conseguinte, sua identidade?

O discurso que compreende território apenas em seus aspectos materiais sempre foi mais promovido na sociedade. A concepção em sua produção simbólica, por sua vez, tem alcançado grandes progressos, mas o alheamento frente a pesquisas nesse campo tem produzido discussões alegando que estudos nessa área são inverídicos, pois estão permeados de subjetividade. Desse modo, é explícita a necessidade de se propor estudos que quebrem com esses argumentos, visto que por muito tempo viu-se a constituição territorial de um lugar somente a partir de seus aspectos materiais, deslegitimando a produção simbólica.

## **4 OBJETIVOS**

### **4.1 OBJETIVOS GERAL**

Analisar a construção territorial, a partir do âmbito simbólico da localidade do Lameirão, situada no município de Mulungu - CE, através da memória coletiva dos anciões.

### **4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender como as memórias dos anciões podem ser um componente na construção do sentimento de pertencimento e identidade junto ao território.
- Identificar quais contribuições os anciões possuem na produção do sentimento identitário nas gerações mais jovens.
- Analisar narrativas, marcadores simbólicos e signos de pertencimento que constituem o território do Lameirão.

## **5 HIPÓTESE**

Os anciões da localidade do Lameirão localizada no município de Mulungu - CE contribuem para o sentimento de identidade nas gerações mais jovens, visto que a convivência com estes últimos se faz frequente, e assim, por intermédio da oralidade, as memórias dos projectos são disseminadas para os moradores de menos idade.

## **6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Com o objetivo de possuir um suporte sólido para nosso projeto, que visa compreender de que modo os anciões tornam possível a noção identitária e de pertencimento por intermédio da memória coletiva desses sujeitos, edificada no território, nossa fundamentação teórica, de início, incluirá um conjunto de autores para abordar o polissêmico conceito de território, propiciando um melhor alicerce para entendermos sua dimensão no plano simbólico.

Em seguida, abordaremos o conceito de lugar praticado para apreendermos como os anciões da localidade do Lameirão transformaram este território a partir de sua chegada, modificando-o em um lugar de inter-relações, procurando inteirar-se das modificações no plano simbólico.

Posteriormente, iremos nos concentrar em autores que discutem o conceito memória coletiva, para compreender como ela pode tornar-se um elemento essencial para os anciões. Após, iremos discorrer sobre como esse fato torna possível a constituição do sentimento de identidade dos sujeitos postos em evidência nesse estudo através do escrutínio do território.

### **6.1 TERRITÓRIO: A TRAJETÓRIA DE UM CONCEITO.**

Diante de um longo processo excluindo e negando qualquer discurso que contemplasse território em sua produção simbólica, o presente projeto visa, a princípio, compreender o modo que os anciões da localidade do Lameirão apropriam-se dele por intermédio da memória coletiva e tornam viável sua formação identitária e o sentimento de pertencimento.

Assim, iniciaremos com as explicações feitas por Pietrafesa de Godoi (2014), onde argumenta que a discussão referente a território se deu com maior intensidade, inicialmente, pelos estudos de Malmberg (1980) na área da etologia, a qual se reporta a estudos que analisam o comportamento animal em relação às condições de seu habitat natural. Diante disso, os debates nas áreas das ciências humanas foram imensamente instigados pelos estudos da territorialidade animal, a princípio. Contudo, os debates sobre território desenvolvidos atualmente não mais se debruçam sobre como esta noção foi articulada nos estudos de etologia.

Dentro de abordagens bastante distintas relacionadas a território, iremos expor as principais vertentes sobre a dimensão desse conceito, desde as mais materialistas até as mais simbólicas. Entretanto, antes de apreendermos a polissemia do conceito de território, é fundamental compreendermos o espaço, pois em muitos estudos eles são tidos como sinônimos (GODOI, 2014 e SANTOS, 2006).

Para entendermos espaço, é preciso fazer uma distinção de caráter epistêmico entre ele e paisagem. A respeito disso, para o geógrafo Santos (2006), a paisagem é a configuração territorial que é realizável a vista. É transtemporal, ou seja, reúne objetos do passado e do presente. É um agrupamento material e, nesse sentido, é relativamente definitivo e não possui condições para ocasionar mudanças. Paisagem é um conjunto de objetos/formas materialistas que são histórias solidificadas.

O mesmo autor também buscou compreender espaço, e em um sentido geral, é entendido como objetos/formas (paisagem) mais a vida que o compõe. É organizado pelos agente sociais como as demais estruturas sociais, como a cultura e a política e, assim, subordinado à ação humana. Entretanto, ele também é subordinante, ou seja, o espaço também é agente. Ademais, deve ser entendido como totalidade, não somente ao que se refere à espaço, mas também à economia, por exemplo.

Diante disso, o espaço é o resultado da intrusão das formas – paisagem – com o conteúdo. Todavia, é necessário explicitar que o espaço é sempre uma construção provisória, mutável, ou seja, cada sociedade terá uma resposta única, pois cada agrupamento possui seu próprio sistema de valores. Nesse sentido, espaço não possui uma definição fixa.

Compreendido a noção de espaço, adentraremos nas principais vertentes de território com a finalidade de atingir suas mudanças e cruciais influências para a ressignificação desse conceito. Dentre as muitas concepções, trabalharemos com as mais significativas para nosso projeto, sendo a jurídico-política, a economicista e a abordagem culturalista.

Assim, território para Milton Santos é:

o conjunto de elementos naturais e artificiais que fisicamente caracterizam uma área. A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala em paisagem, há, também, referência à configuração territorial (SANTOS, 2006, p. 67)

Diante disso, ele compreende território como o produto histórico do trabalho humano na construção de uma sociedade. Além de ver território como um resultado da ação humana, o autor também o contempla como sendo fruto das interações de seus habitantes entre sociedade e natureza, e o abrange entendendo-o como um campo de disputas, de poderes territoriais e nunca como uma área neutra de influências, o que evidencia que todo território possui relações de poder.

Certamente, se formos por uma linha histórica iremos nos deparar com uma abordagem conceitual de território em uma dimensão jurídico-política bastante restrita e específica, na qual o Estado detinha total domínio sobre a extensão de terra, vendo-a somente como uma superfície delimitada, concreta, mobilizada e homogênea, negando que pudesse existir outras formas de organizações para além daquelas que eram regularizadas.

Explorando o mesmo tema, Ratzel (1897, *apud* SILVA 1981) afirma que o Estado sempre foi visto como a única instituição responsável por construir, defender e/ou expandir o território. Aprofundou seu estudo no comportamento do Estado moderno, que possuía o argumento de que a organização social e territorial somente seria possível através dele.

Ohmae (1996), traz uma perspectiva de território bastante radical dentro de um cenário capitalista e econômico. Defende a tese do “fim da geografia”, pois isso significaria a desaparecimento das barreiras de distância, e, por conseguinte, o fim do poder do Estado-Nação ou pelo menos, um recurso limitado, já que ele possui meios de delimitar fronteiras, mercados, códigos e signos. Em síntese, o capitalismo quer transformar o território a seu benefício, eliminando a diversidade e tornando-o homogêneo.

Partindo desse entendimento, Haesbaert (2016) traz a perspectiva de superar a dimensão econômica, quebrando com a pretensa superioridade do Estado-nação de macropoder e hegemonia, no qual determina o que é ou não território, o que exclui a possibilidade de existir diferentes significações – territorialidades. Nessa lógica, a noção de território homogêneo é fragmentada e a concepção de micropoder é manifestada.

Escobar (2015) também teve a preocupação de entender a dinâmica do mundo moderno, no qual procura converter os muitos mundos existentes em apenas uma única maneira de compreender o território (*Un Mundo*). Diante disso, ele enfatiza a luta das comunidades indígenas e afrodescendentes frente a essa visão global do Un aniquiladora como uma luta de resistência dessa pluralidade cultural desses outros mundos.

Retornando às considerações de Haesbaert (2016), este autor percebe território como um movimento constante, dinâmico, fluído e processual, que é construído através do espaço, que, como supracitado, é formado por formas/objetos mais a vida que o compõe, ou seja, é a totalidade das ações humanas. Nessa perspectiva, o poder é uma dimensão inerente ao território. Contudo, o autor deixa claro que esse poder não deve se concentrar somente nas mãos do Estado.

Muito diferente da concepção jurídico-política (Estado) e economicista (capitalismo), a abordagem culturalista reporta ao caráter simbólico e de apropriação do território. Nessa perspectiva, não mais se procura analisar a dimensão material do território, bem oposto a isso, a intenção é estudar os fluxos dos significados que são produzidos pelos seres humanos, ou seja, territorialidades. Diante disso, o pertencimento se dá agora não mais pelo simples fato de estar naquele espaço, mas sim, pelas apropriações através da produção simbólica e afetiva que constituem a identidade cultural (HAESBAERT, 2016).

Nesse sentido, para Little (2002) e Haesbaert (2016), territorialidade é uma ferramenta de apropriação do território, de pertencimento, no qual se torna um fator de identificação coletiva, defesa grupal e unificação social. Assim, simplificadamente, a partir da apropriação de um espaço, surgirão diversas possibilidades de significações que conduzirão para o fortalecimento da identidade individual, e, por conseguinte, comunitária.

Nessa perspectiva, Godoi (2014, p. 444) afirma que o termo territorialidade além de ser polissêmico, é plural, “uma vez que se reporta (...) a processos de construção de territórios, isto é, de apropriação, controle, usos e atribuição de significados — não necessariamente nesta ordem — sobre uma parcela do espaço, que é transformada em território.”

Partindo das concepções supracitadas de território, o autor Haesbaert (2016) divide-as em quatro macrodimensões: política (espaço delimitado/demarcado, visto como hegemonia e usado como forma de poder e dominação); cultural (determinado grupo apropria-se da dimensão simbólica do seu âmbito de convivências); econômica (percepção de território nas relações econômicas criando uma relação de superioridade do Estado) e naturalista (compreensão da demarcação do espaço como característica humana nativa).

Vê-se a variabilidade do conceito de território, o qual traz aspectos funcionais e/ou simbólicos. Porém é também inegável dizer que ele não está repleto de uma dimensão de

poder, de uma relação de superioridade. Ademais, apesar de tal esforço do Estado em se manter no poder, e que, para isso negou e excluiu a possibilidade de existência de outras formas de apropriação e ressignificação do território, o mundo moderno globalizado possibilitou outras abordagens.

Apesar da polissemia existente na ideia de território, e também por sabermos que ele é constituído de aspecto físico, concreto, delimitado e estagnado, iremos nos atentar especificamente para alternativas que o percebem como dinâmico, fluido, ‘sem-fronteiras’, possuidor de dimensões simbólicas e um elemento que torna realizável a noção de identidade e pertencimento. Mas aqui, deixamos explícito que não queremos trazer uma dicotomia entre espaço concreto de um lado, e, do lado avesso, espaços simbólicos, mas sim vê-los como territórios que se completam, se constituem e se integram (Haesbaert, 2012)

As autoras Schmitt, Turatti e Carvalho (2002) trazem aspectos que mesmo não estando dirigidos de modo direto ao nosso estudo, serão válidos para entendermos a ligação entre território e identidade. Assim, seguindo essa trilha, a identidade se dá a partir da localização dos sujeitos dentro de um território amplo em que se baseiam nos grupos familiares para se sentirem pertencentes. Nessa lógica, a constituição da identidade dos anciões se dá por meio de vertentes estruturais e simbólicas ligadas ao seu território de origem.

### **6.1.1 Territorialidade e memória: o caso de Lameirão**

Nesse ângulo, o conceito de cosmografia do Little (2002) nos ajudará a entender a lógica do vínculo entre o território do Lameirão e a memória coletiva dos anciões dessa localidade, que pretendemos abordar nesse trabalho. Ele a define assim:

saberes ambientais, ideologias e identidades – coletivamente criados e historicamente situados – que um grupo social utiliza para estabelecer e manter seu território. A cosmografia de um grupo inclui seu regime de propriedade, os vínculos afetivos que mantém com seu território específico, a história da sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele. (LITTLE, 2002, p. 4)

De acordo com Little, o pertencimento a um espaço físico é grupalmente criado através da memória coletiva, e assim, formam a identidade dos sujeitos. Dessa forma, a profundidade no âmbito simbólico e as ligações afetivas se dão pela relação dos



indivíduos com seu território, na medida que evocam o passado e reinterpreta-os no presente.

Partindo dessa concepção, Little (1994) diz que os seres humanos possuem uma imensa necessidade de fincar raízes em um lugar específico, e fazem isso por meio da memória coletiva. Dito isto, é possível assentir que os anciões estabelecem suportes por intermédio das reminiscências coletivas, que são passadas de geração a geração. Deixamos visível que iremos abordar, exclusivamente, as lembranças que fazem parte da produção simbólica desses agentes.

Não obstante, iremos abordar a princípio, como os anciões se apropriaram do território do Lameirão e o transformaram a partir de sua introdução. Para isso, usaremos o conceito de lugar praticado, do historiador De Certeau, para conseguirmos compreender como se deu a ocupação e modificação a partir dessa interação.

## 6.2 LUGARES PRATICADOS

Para que possamos compreender o conceito supracitado, é necessário seguir a mesma linha de pensamento do autor com a finalidade de interpretar sua obra sem imprecisões. Nessa perspectiva, iremos entender como o território do Lameirão tornou-se um lugar de ações e interações.

O autor Michel De Certeau (1990) faz uma distinção entre lugar e espaço. Para ele, o lugar é tudo aquilo que possui relações de estabilidade e de coexistência, ou seja, são elementos que apresentam uma existência harmoniosa. Simploriamente, são locais que não existem interações entre seres humanos e fenômenos naturais. Diante disso, se torna impossível dois princípios ocuparem o mesmo lugar.

Diferentemente do lugar, ele define espaço como tudo aquilo que possui direções e que se pode quantificar em relação a velocidade. Ele é animado, ativo e dinamizado pelos movimentos que nele podem ser desenvolvidos. Contudo essas mobilidades podem ser plurivalentes, isto é, possui funções diferentes e podem gerar práticas conflituosas ou harmoniosas.

Distinto isso, ele afirma que todo espaço é um lugar praticado, visto que sujeitos agem sobre esse espaço. Nessa perspectiva, o território do Lameirão antes de ser habitado, era apenas um lugar sem convivências, após a instalação dos primeiros moradores no município, criou-se redes de interação entre os lugares inertes e espaços

excepcionalmente demarcados, transformando esse lugar inanimado em um local de ação e transformação.

Por indivíduos possuírem interesses e relações distintas, este espaço pode possuir diversas experiências espaciais, pois os membros dos grupos ao se relacionarem uns com os outros criam diferentes interações, mesmo estando em um mesmo espaço. Diante disso, no território do Lameirão, os membros oriundos se conectam uns com os outros criando uma enorme multiplicidade de experimentações dentro desse espaço, mesmo possuindo algo em comum – serem oriundos da mesma localidade –, conseguem construir significações variadas a respeito do lugar.

De Certeau enfatiza que as narrativas possuem o poder de descrever, criar fronteiras e espaços. Esses relatos extraem a pretensa homogeneidade do território, e ele passa então a ser heterogêneo através dos micro-relatos dos indivíduos/grupos. De Certeau (1990) afirma que cada sujeito possui sua própria forma de descrever um espaço. Dito isto, as descrições variam para cada narrador.

Diariamente elaboramos limites para tudo que fazemos em nosso cotidiano. Nessa lógica, existem os materiais, que possuem o poder de demarcar, como uma parede ou uma árvore. Há também as abstratas, por exemplo, o sujeito ao determinar qual seu grupo de amigos coloca delimitações, como, esse é meu amigo e esse não. Diante disso, é possível afirmar que existem fronteiras físicas, mas também as do campo simbólico. O autor divide esses relatos do dia a dia em dois tipos. O primeiro remete a algo que, sinteticamente, o indivíduo não opera, não age, simplesmente é inerte. Dessa forma, transforma o espaço em lugar. O segundo, faz alusão que ao exercício da ação dos indivíduos, por conseguinte, há uma produção de espaço, e nessa perspectiva, o lugar se transfigura como espaço.

Partindo desse pressuposto, observamos que os anciões se apropriaram do território do Lameirão transformando-o em um lugar praticado. Antes, a localidade era apenas um lugar inerte, sem transformações e muito menos movimentações, com um espaço propriamente demarcado, porém, a inserção desses indivíduos trouxeram ações, conversões e modificações para este lugar, transfigurando-o em um lugar praticado.

É impossível negar que essa localidade teve transformações na esfera física, como prédios e monumentos. No entanto, nos direcionaremos para o âmbito simbólico dessas modificações, por exemplo, a produção de memória através dessa relação de interação.

Entendemos que o território do Lameirão ao se transformar em um lugar praticado, e não apenas como um mero espaço delimitado constituiu redes de interação entre sujeitos que ali se instalaram, criando relações de vínculos. Nessa lógica, com o

percorrer do tempo, os laços entre esses indivíduos tornaram-se cada vez mais unificados, e assim, tornando viável a formação da identidade desses anciões.

### 6.3 MEMÓRIA COMO COMPONENTE VIÁVEL NA CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE

Como supracitado, é sabido que cada grupo se relaciona com seu espaço de maneira típica/particular. Nesse sentido, os sujeitos transformam-no para conseguirem projetar suas memórias, e assim, tornar possível a construção de suas identidades dentro desse espaço que possui materialidade fixa, mas que não será abordado a partir desta percepção, e sim, a partir de sua produção simbólica.

Como exposto anteriormente, a produção de saberes no campo simbólico dos anciões é de fundamental importância, pois para que possamos entender como se constitui a identidade desses sujeitos, iremos trabalhar na perspectiva de que o território, através da memória, fundamenta a identidade e o pertencimento. Para alcançarmos esse objetivo, utilizaremos a memória coletiva como fator essencial para compreendermos como se torna exequível essa construção.

No século XIX, estudiosos da memória na filosofia e na psicologia acreditava que ela se dava somente no campo da individualidade. No entanto, o autor Maurice Halbwachs, consagrado como o precursor dos estudos da memória na área das ciências sociais, considerou-a enquanto fenômeno social.

Para Halbwachs (1990), as lembranças particulares são complexas demais para serem sustentadas na individualidade dos seres. Dessa forma, o autor afirma haver necessidade de interferências coletivas, já que nossos sentimentos e preferências sofrem mediações exteriores e ressalta que essas influências passam despercebidas por nós, e por esse motivo, a aceitamos sem objeções.

Dentro dessa lógica, os sujeitos em conjunto possuem um enorme potencial para a memória coletiva, já que se apoiam uns nos outros para poderem recordar o passado. A esse respeito, o autor declara que:

Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade. Mais ainda, o funcionamento da memória individual não é possível sem esses instrumentos

que são as palavras (...) que o indivíduo não inventou e que emprestou de seu meio. (HALBWACHS, 1990, p. 54)

A memória para ele, é um elemento intrinsecamente coletivo, ou seja, se forma através das inter-relações dos indivíduos. Nesse esquema, reconhecer tal declaração implica dizer que os sujeitos relembram acontecimentos somente na proporção que pertencem a um agrupamento. Diante disso, o indivíduo que tentar recordar um determinado episódio e não tiver nenhuma ancoragem nos sujeitos – grupo – que o constituíam não conseguirá relembrar, pois ela é indubitavelmente, coletiva e grupal.

À vista disso, o autor salienta a importância das testemunhas, pois como supracitado, os sujeitos em sua individualidade não são capazes de fomentar as lembranças por um período de tempo longo, e por esta razão, necessitam apoiar-se nas informações fornecidas pelos outros.

A psicóloga Ecléa Bosi (1979) também se dedicou ao estudo da memória. Para ela, a socialização oferece meios para que os sujeitos possuam fundamentos para lidar com o passado, tais como o âmbito familiar, escolar, profissional, entre outros. Sobre lembranças, ela afirma que:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. (...) A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual. (BOSI, 1979, p. 55)

A autora atribui aos anciãos um papel de grande importância para a dimensão de socialização, pois são eles que transmitem a educação, hábitos, tradições e histórias para os mais jovens. Nessa perspectiva são eles que constroem uma série de ideias que se fixam no subconsciente desses adolescentes, formando sua identidade dentro de grupos familiares, por exemplo.

Bosi (1979, p. 411) também destaca a importância das testemunhas para ajudar a memória individual recordar fatos que ela sozinha, não conseguiria. Entretanto, diferentemente de Halbwachs, a autora deixa claro que as testemunhas não possuem a posição principal dentro dessa relação, e sim, o sujeito em sua individualidade que recorda, pois é ele que, nas palavras dela “é o memorizador e das camadas do passado a

que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum.”

O francês Michael Pollak (1992), assim como Halbwachs, entende a memória como um fenômeno coletivo, isto é, uma elaboração social, e por ser um constructo envolve métodos de seleção. Ela é então, nas palavras dele “(...) seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado” (POLLAK, 1992, p. 203). Essa seria sua primeira característica.

O autor identifica outras particularidades da memória, como ser herdada, já que não se restringe a vida física da pessoa e possui uma ligação entre memória e identidade; que as memórias coletivas são mais organizadas, e a nacional é organizadíssima, visto que seu contorno é marcado por grandes disputas, pois é ela que decide as lembranças que serão gravadas por um povo. Ratifica que a memória é um acontecimento construído e a nível individual, pode ser consciente ou inconsciente.

Entretanto, diferentemente de Halbwachs que percebe memória sendo ela somente coletiva, Pollak assegura seu caráter coletivo, mas também a compreende como possuidora de características individuais, sendo o sujeito capaz de acessar lembranças particulares mesmo sem se apoiar ou estar dentro de um grupo.

Um elemento fundamental para perceber como Halbwachs (1990) supõe a produção da memória individual são os “quadros”, isto é, pontos de referência para a construção das lembranças, como lugares e monumentos. Eles também determinam o que deve ser lembrado, esquecido, comemorado e silenciado pelos sujeitos.

Segundo Halbwachs (1990), a memória é um processo seletivo, variável e fragmentado. O primeiro é explicado como a impossibilidade de fazer o registro de todos os acontecimentos, ou seja, o que é selecionado é julgado como mais importante. O segundo, que, a partir do momento que um indivíduo faz parte de um grupo e ele se modifica, as lembranças sobre esse coletivo irão sofrer variações. O terceiro, compreende-se como uma memória fragmentada a partir do momento que o sujeito participa de diversos grupos, conseqüentemente, terá lembranças desintegradas.

Pollak (1992) vai na mesma esteira do Halbwachs, e afirma que a memória é constituída de características fluídas e mutáveis, ou seja, ela pode se apresentar com clareza ou imprecisão. Entretanto, existem memórias que possuem elementos irredutíveis, isto é, de uma maneira bastante simplificada, são acontecimentos que se tornaram “inesquecíveis”, impossibilitando que essas lembranças sejam alteradas.

O autor também destaca três elementos que são fundamentais para a constituição tanto da memória coletiva quanto individual. O primeiro são os acontecimentos vividos fisicamente, também tem aqueles que por mais que o indivíduo não tenha participado pessoalmente se sente inserido, ele denomina esse fenômeno como “vividos por tabela”, isto é, algo que o faz se sentir tão dentro, mesmo estando na realidade, fora. Pollak vai mais a fundo nesse conhecimento e destaca que eventos que estão fora do nosso espaço-tempo, que aconteceram antes mesmo do nosso nascimento é possível que eles façam parte da nossa identificação, pois fazem parte da história nacional ou social na qual estamos inseridos, por exemplo. É uma memória herdada (POLLAK, 1992).

O segundo são as pessoas e os personagens, são aqueles que realmente encontramos no decorrer de nossas vidas. Aqui também se encaixam os vividos por tabela, aqueles que não se encontram em nosso espaço-tempo, mas isso não impede que possamos senti-lo como nosso contemporâneo. E por último, os lugares da memória, aqueles ligados a uma lembrança que pode ser particular e pessoal, mas também as que não estão dentro do nosso tempo cronológico.

Nesse sentido, a partir dos três elementos aludidos acima pretendemos investigar em que os anciões se baseiam para constituírem sua memória, uma vez que conjecturamos se apoiarem em acontecimentos que participaram diretamente ou os transmitidos pelos seus antepassados; que se fundamentam em pessoas que compõem suas lembranças, geralmente seus pais e avós ou podem ser apenas personagens conhecidos; e finalmente, se possuem um alicerce nos lugares para conseguirem ter uma conexão com seu passado, sejam os que realmente frequentaram ou os que foram introduzidos às suas experiências.

Segundo Pollak (1989), as memórias subterrâneas são propagadas, principalmente, por vias informais e possuem marcas da oralidade. Tomarei essa assertiva para entender como os anciões fazem uso da oralidade para formar suas memórias, e, por conseguinte, sua identidade através do âmbito simbólico.

Halbwachs (1990) vai na mesma linha de Pollak, visto que acredita que as crianças ao serem deixadas com seus avós recebem o legado de costumes e tradições através da oralidade, o que deixam os jovens mais próximos de seu passado, pois eles reconstruem essas lembranças. O autor afirma que a memória se enriquece de bens alheios para que não se dissipe com o passar dos anos. Entretanto, para que a memória do outro venha reforçar e complementar a sua, é preciso que as lembranças não estejam totalmente sem relação com ocorridos que compõem o seu passado.

Partindo da noção de que memória possui um papel primordial para formação de um sentimento de identidade, o sociólogo Halbwachs (1990) afirma que a tradição dos valores, saberes, entre outros, transmitidos das gerações mais antigas para as mais novas possuem uma função essencial para que o passado permaneça vivo nos grupos do presente, e assim constituam a identificação dos indivíduos.

Semelhantemente a Halbwachs, Pollak (1992) destaca na memória a característica formadora de identidade, desde que ela seja um fator de extrema importância para dar um sentimento de continuidade e coerência a um grupo ou a um indivíduo. Ele identifica três elementos essenciais para a construção da identidade, a unidade física, a continuidade dentro do tempo e o sentimento de coerência. A unidade física é a consciência de possuir fronteiras físicas, no caso do corpo individual e delimitar suas ações e demarcações de pertencimento ao grupo – propor delimitações em suas escolhas as quais o faz ser ou não pertencentes a um coletivo –. A continuidade dentro do tempo se dá no sentido literal da palavra, como também na lógica moral e psicológica. E por último, o sentimento de coerência e unificação que é caracterizado pela harmonia entre os dois primeiros elementos.

A identidade entendida pelo antropólogo Oliveira (2006) é também assimilada por nós, neste projeto, como um termo polissêmico por natureza, que está estritamente ligado a cultura, porém, mesmo que os sujeitos sejam de uma mesma dimensão cultural, o contraste com o reconhecimento e a liberdade de escolha encontra-se diante de uma perspectiva, tida, muitas vezes como algo ingênito. No limite, o autor propõe que a ideia de identidade não seja tida como algo nato do indivíduo, mas restrita a um processo de auto-reconhecimento, dando a eles a autonomia de escolher.

Feita essa digressão, visamos compreender – apoiando-nos nesse referencial teórico – como os anciões tem se apropriado do território do Lameirão e das memórias coletivas para criarem um sentimento de unidade e identidade entre eles e se sentirem pertencentes a um espaço físico através de redes inter-relacionais.

## 7 METODOLOGIA

Este projeto de pesquisa propõe-se investigar a construção da localidade do Lameirão através da memória coletiva dos anciões oriundos deste lugar. Para a efetuação deste estudo, será manuseada a pesquisa de cunho qualitativa, visto que se pretende assimilar os sujeitos já mencionados em seu caráter singular. Em consonância com o autor John Creswell:

A pesquisa qualitativa é um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano. O processo de pesquisa envolve as questões e os procedimentos que emergem os dados tipicamente coletados no ambiente do participante, a análise dos dados indutivamente construída a partir das particularidades para os temas gerais e as interpretações feitas pelo pesquisador acerca do significado dos dados. (CRESWELL, 2011, p. 26)

Ademais, utilizaremos o método de entrevista semiestruturada para dar o enfoque vital aos anciões, uma vez que se fazem de fundamental importância para o prosseguimento desse projeto. Assim como argumenta o também antropólogo Oliveira (1996), o ato de ouvir deve ser um trabalho minucioso, com precaução e que mantenha uma relação dialógica e de interação entre o entrevistador e o entrevistado

Desse modo, para se conseguir alcançar os objetivos propostos nesse estudo, se faz de excelência não apenas entrevistar os sujeitos citados acima e ter em mãos os discursos, mas estar inserido no campo em questão, já que nesse caso o ouvir não o abrange, e assim, para que se consiga uma completude do objeto em questão é relevante o olhar metódico e devidamente sensibilizado (OLIVEIRA, 1996).

Contudo, com o propósito de acrescentar, e, por conseguinte, aperfeiçoar o estudo, empregaremos também a técnica de observação participante, sendo que existem diversos acontecimentos – considerados muitas vezes como insignificantes – válidos para a pesquisa que não são alcançados com o emprego de questionários, por exemplo. Em relação a esta última, segundo o antropólogo James Clifford (1998) é um método que requer uma sensibilidade do praticante, e acrescenta:

A observação participante obriga seus praticantes a experimentar, tanto em termos físicos quanto intelectuais, a vicissitudes da tradução. Ela requer um



árido aprendizado lingüístico, algum grau de envolvimento direto e conversação, e freqüentemente um “desarranjo” das expectativas pessoais e culturais. (CLIFFORD, 1998, p. 20)

Assim, a partir de uma observação participante se conseguirá compreender a relação dos anciões do Lameirão com as gerações mais jovens. Para conseguir melhores dados, é fundamental um estudo profundo dessas relações manifestadas no território. Diante disso, a etnografia se faz elementar, pois a inserção no campo auxiliará uma percepção não alcançada com emprego de outros delineamentos.

Assim, a etnografia é uma metodologia por excelência, da Antropologia, e que constantemente vem sofrendo ressignificações e transformações. Os autores Clifford e Marcus (1986) pormenoriza-a assim:

A etnografia situa-se ativamente entre poderosos sistemas de significados. Coloca suas questões nas fronteiras entre civilizações, culturas, classes, raças e gêneros. A etnografia decodifica e recodifica, revelando as bases da ordem coletiva e da diversidade, da inclusão e da exclusão. Ela descreve processos de inovação e de estruturação e faz parte, ela mesma, desses processos. (CLIFFORD e MARCUS, 1986, p. 33)

A etnografia busca interpretar uma determinada sociedade em suas características culturais, adentrando em campos repletos de significados, buscando entender os indivíduos em suas múltiplas dimensões, desde a mais específica até a mais ampla. Ela não é definitiva, nem muito menos fixa, pois é re-moldada pelos agentes sociais que atuam dentro desse espaço.

Desse modo, é necessário que o pesquisador tenha disponibilidade para a observação e inserção. O antropólogo François Laplantine (1988) argumenta que não é somente viver com eles, é viver como eles para compreendê-los em sua totalidade, tem que ter estado lá para não fazer descrições equivocadas como se fez sobre o Oriente, em *Orientalism* (1990) de Edward Said.

## REFERÊNCIAS

- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.
- CERTEAU, Michael de. **A INVENÇÃO DO COTIDIANO**. Petrópolis: Vozes, 1990.
- CLIFFORD, James. **A EXPERIÊNCIA ETNOGRÁFICA: antropologia e literatura no século XX**. Rio de Janeiro: Ufrj, 1998.
- CLIFFORD, James; MARCUS, George E. (Org.). **A ESCRITA DA CULTURA: Poética e política da etnografia**. Rio de Janeiro: Uerj, 1986.
- CRESWELL, W. John. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- ESCOBAR, Arturo. Territorios de diferencia: la ontología política de los “derechos al territorio”. **Campos: Revista de Antropologia**, Curitiba, v. 35, p.25-38, 2015.
- GODOI, Emília Pietrafesa de. Territorialidade. In: SANSONE, Livio; FURTADO, Cláudio Alves. **Dicionário crítico das ciências sociais dos países de fala oficial portuguesa**. Salvador: Edufba, 2014. p. 443-452.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016 [2004].
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. O território em tempos de globalização. **Etc...: espaço, tempo e crítica**, Revista Eletrônica Científica de Ciências Humanas e Sociais e outras coisas, v. 1, n. 2 (4), p.39-52, ago. 2007.
- HALBWACHS, Maurice. **A MEMÓRIA COLETIVA**. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. 190 p. Tradução de: Laurent Léon Schaffter.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Panorama**. 2017. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ce/mulungu/panorama>>. Acesso em: 12 maio 2018.
- LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LITTLE, Paul Elliott. TERRITORIOS SOCIAIS E POVOS TRADICIONAIS NO BRASIL: POR UMA ANTROPOLOGIA DA TERRITORIALIDADE. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, p.251-290, 2002.
- . 1994. Espaço, memória e migração: Por uma teoria de reterritorialização. **Textos de história** 2(4): 5-25. Brasília.

NOVAS territorialidades - Rogério Haesbaert da Costa. [s.i.]: Geographando, 2012. Son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=FyH5mOVuVs8>>. Acesso em: 08 jul. 2017.

OHMAE, R. (1996 [1995]). **O Fim do Estado Nação: a ascensão das economias regionais**. Rio de Janeiro: Campus.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Caminhos da identidade ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo**. São Paulo: Unesp, 2006.

———. O Trabalho Antropológico: Olhar, Ouvir e Escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p.12-37, 1996.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p.200-212, 1992.

———. Memória, Esquecimento, Silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Perreira de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. Ano V, p. 45-48, 2002.

SILVA, Armando Corrêa da. A CONCEPÇÃO CLÁSSICA DA GEOGRAFIA POLÍTICA. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 3, p.103-107, 15 jun. 1981. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br>>. Acesso em: 16 jun. 2018.